



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 62/XI/ 2.ª SL

Aos 22 dias do mês de Setembro de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apresentação do Projecto de Lei n.º 318/XI/1ª (PCP) - "2.ª alteração à Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista";
3. Fixação da metodologia de trabalho para apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 28/XI (Lei da Rádio) e 29/XI (Lei da Televisão);
4. Apreciação e votação do requerimento do GP/CDS-PP para a audição dos Presidentes da Entidade Reguladora para a Comunicação Social e da Autoridade da Concorrência;
5. Apreciação e votação de acta;
6. Outros assuntos.

10:45

Audição do Conselho de Gerência da Empresa Diário de Notícias da Madeira, sobre a situação da imprensa na Madeira, na sequência de requerimento do GP/CDS-PP

Nada havendo a tratar no primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Rita Rato (PCP) para apresentar o Projecto de Lei n.º 381/XI/1ª (PCP) - "2.ª alteração à Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista".

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) reafirmou o constante na exposição de motivos da iniciativa legislativa em questão, reiterando o facto de a mesma visar o reforço dos mecanismos de acção colectiva das redacções, bem como o reforço dos direitos dos jornalistas. Igualmente, afirmou, pretende o seu grupo parlamentar que os membros dos conselhos de redacção sejam equiparados aos das comissões de trabalho, em termos de direito do trabalho. Tendo em conta

a desvalorização a que têm sido votados os conselhos de redacção, propõem o reforço das suas competências. Finalmente, realçou a alteração ao artigo 19.º do Estatuto do Jornalistas, como um contributo para o pluralismo no sector e na própria democracia.

Não havendo pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia, tendo começado por usar da palavra o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), que considerou essencial separar a discussão na especialidade das Propostas de Lei n.º 28/XI e n.º 29/XI. Sugeriu ainda iniciar-se os trabalhos pela PPL n.º 28/XI, com a criação de um grupo de trabalho com um Deputado de cada grupo parlamentar representado na Comissão, para fazer o trabalho de análise das propostas de alteração que sejam apresentadas e criação de um texto o mais consensual possível, ficando apenas para a Comissão a aprovação desse texto e a discussão das propostas a que não seja possível chegar a um acordo. Sugeriu também uma reunião da Comissão com o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, antes de se iniciar o trabalho de apreciação na especialidade desta PPL.

Quanto à PPL n.º 29/XI, propôs iniciar-se o processo de apreciação após terminado o da PPL n.º 28/XI, também com a constituição de um grupo de trabalho *ad hoc*, tendo considerado que, apesar de haver uma directiva para transpor, o atraso não será grande e que se deve ter em conta que o Governo introduziu várias outras alterações para além das relacionadas com essa transposição. Acresce que haverá certamente outras audições a fazer, para além da do Ministro dos Assuntos Parlamentares. Concluiu, propondo que fosse fixado prazo para entrega das propostas de alteração em relação a ambas as propostas de lei.

Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado João Serrano (PS), o Senhor Presidente questionou se não seria preferível fazer a audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares já depois de iniciados os trabalhos, de modo a poderem ser esclarecidas algumas das dúvidas que surjam.

O Senhor Deputado João Serrano (PS) concordou com a criação dos grupos de trabalho e a sugestão de que se iniciassem os trabalhos pela PPL n.º 28/XI. Lembrou, no entanto, que em relação à PPL n.º 29/XI há uma directiva cujo prazo de transposição já terminou em finais de 2009. Quanto à audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares, não vê vantagem na sua realização, uma vez que as PPL já foram apresentadas por ele aquando da discussão na generalidade e o poder legislativo pertence à Assembleia da República. Quanto à realização de outras

audições, considerou-a desnecessária, visto haver pareceres suficientes sobre as duas PPL.

Usou depois da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), para concordar com a metodologia proposta, nomeadamente quanto à audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares numa fase mais adiantada do processo legislativo, e para referir que, quanto à PPL 29/XI, haveria algumas entidades que valeria a pena ouvir.

Idêntica opinião foi expressa pela Senhora Deputada Catarina Martins (BE), que referiu a necessidade de ouvir, a propósito da PPL n.º 28/XI, a Sociedade Portuguesa de Autores, a Cooperativa da Gestão dos Direitos de Autor e a Associação Fonográfica Portuguesa.

Também a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) concordou com a metodologia proposta, que referiu ainda o exemplo da Comissão de Educação e Ciência, a qual costuma fazer audições públicas em processos legislativos semelhantes.

O Senhor Presidente respondeu a esta última intervenção, no sentido de que não via necessidade de realização de uma audição pública, uma vez que a Comissão recebeu um conjunto substancial de pareceres de diversas entidades, e deu conta da chegada à Comissão de um pedido de audição, a propósito da PPL n.º 28/XI, por parte de um grupo de trabalhadores do Rádio Clube Português.

Depois de o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) ter proposto do dia 3 de Outubro como data-limite para a apresentação de propostas de alteração à PPL 28/XI, o que foi aceite por todos, foram indicados, para constituir o grupo de trabalho para apreciação desta iniciativa legislativa, os Senhores Deputados Miguel Laranjeiro (PS), Carla Rodrigues (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Catarina Martins (BE) e Rita Rato (PCP).

No ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por usar da palavra para defender que a matéria objecto do requerimento deve ser discutida noutras sedes que não a Comissão e que, enquanto Presidente da Comissão, não gostaria de ver esta instrumentalizada para objectivos político-partidários. Tendo apelado ao bom senso que deve existir neste tipo de situações e defendido que as matérias em causa extravasam as competências da Comissão, deu a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) para apresentar o requerimento.

O Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP), na apresentação do requerimento para audição da ERC e da Autoridade da Concorrência, sobre a situação da imprensa na Madeira, explicou que pretende garantir que a Constituição é aplicada em todo o território nacional e que as leis aprovadas na Assembleia da República também se aplicam na Região Autónoma da Madeira. Após referir a importância da deliberação da ERC do passado dia 15 de Setembro, sobre a situação da imprensa na Região, esclareceu que pretende que a Autoridade da Concorrência venha dar conta das medidas tomadas após a notificação do Governo Regional no dia 5 de Agosto de 2009 e informe o que pretende fazer na sequência da referida deliberação da ERC. Reiterou que está em causa a salvaguarda da liberdade de informação na Madeira e que compete à Assembleia da República preservar no todo nacional a liberdade de imprensa.

Usou da palavra o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), para concordar com a opinião expressa pelo Senhor Presidente e reiterar a questão do respeito pelas autonomias, tendo afirmado que o facto de não deterem o poder na Madeira não pode levar os partidos a utilizar a Assembleia da República para prosseguirem interesses político-partidários. Após esclarecer que é contra a detenção de meios de comunicação social pelo Estado, exprimiu preocupação por, em sua opinião, o CDS-PP querer trazer à Comissão a ERC para discutir uma deliberação que já está tomada e bem fundamentada, mas não querer que ela venha à Comissão para discutir o relatório de regulação e actividades de 2009, não querer que o Conselho de Administração da RTP venha à Comissão discutir o descalabro das contas da instituição, não querer discutir o decreto-lei sobre publicidade do Estado, tudo isto porque a Comissão está a discutir questões laterais.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado Luís Miguel França (PS) considerou que estava em causa o Estado de direito, porque há um artigo da Constituição que não está a ser cumprido, que se está perante um problema grave e que quantos mais esclarecimentos sejam prestados perante a Comissão mais elementos esta dispõe para tentar resolver esse problema.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) expressou apoio ao requerimento e afirmou compreender o desconforto do PSD em passar um ano a falar no pluralismo na comunicação social e depois ter de falar na situação na Madeira. Referiu ainda que tem respeito pela autonomia regional mas tem também respeito pelos cidadãos e cidadãs da Madeira.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) afirmou não se opor às audições requeridas mas defendeu que a questão deve ser resolvida no âmbito da Região Autónoma da Madeira.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP), para afirmar que o PSD não pode confundir autonomia com democracia, pois em sua opinião apreciar se a Constituição, a lei da concorrência e a liberdade de expressão estão a ser respeitadas na Madeira não é um atentado à autonomia regional. Respondeu depois ao Deputado Agostinho Branquinho, afirmando que nunca do seu grupo parlamentar inviabilizou a vinda à Comissão da ERC ou do Conselho de Redacção da RTP nem rejeitou a discussão da legislação sobre publicidade do Estado.

Respondeu o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), afirmando que se há problemas de funcionamento democrático na Madeira não é à Assembleia da República que compete analisar isso, há órgãos regionais próprios para esse fim.

Depois de o Senhor Presidente ter reiterado a sua posição sobre o assunto e o Deputado proponente ter insistido na importância das audições foi o requerimento submetido à votação, tendo sido aprovado, com votos a favor do PS, do CDS-PP, do BE e do PCP e votos contra do PSD.

O Senhor Presidente adiou os pontos 5 e 6 da ordem do dia para uma futura reunião e suspendeu a reunião por breves momentos, para entrar na sala o Sr. Michael Blandy e o Dr. José Bettencourt da Câmara, do Conselho de Gerência do Diário de Notícias da Madeira.

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas-vindas aos representantes do Conselho de Gerência do Diário de Notícias da Madeira, e deu a palavra ao autor do requerimento para iniciar a primeira ronda de perguntas.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Luís Miguel França (PS), Carla Rodrigues (PSD), Catarina Martins (BE) e Rita Rato (PCP), para colocar questões e fazer comentários, tendo o Sr. Michael Blandy e o Dr. José Bettencourt da Câmara respondido a cada um individualmente.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Luís Miguel França (PS), José Manuel Rodrigues (CDS-PP) e

Catarina Martins (BE) os quais foram prestados, em conjunto, pelo Sr. Michael Blandy e o Dr. José Bettencourt da Câmara.

A audição foi gravada e transmitida pelo Canal Parlamento, encontrando-se a gravação disponível na página da Comissão, na Internet.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de Setembro de 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Amadeu Soares Albergaria
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Luís Miguel França
Manuel Seabra
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação
Raquel Coelho
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Negrão
Teresa Caeiro